

# Interações Sociais e Comunidades Virtuais: transformações na sociabilidade?

MARIA APARECIDA MOURA<sup>1</sup>

## *PALAVRAS-CHAVE*

*Comunidade – Comunidades virtuais – Intolerância – Identidade – Sociabilidade*

## *RESUMO*

O texto examina os processos de comunicação mediados por computador (CMC) e as suas implicações na configuração das comunidades virtuais. Para tanto, analisa-se a noção de comunidade, reflete-se sobre as possibilidades contemporâneas de expressão do pertencimento étnico em ambientes eletrônicos e problematiza-se, nesse contexto, o crescimento da intolerância *on-line* e *off-line* em proporções mundiais e as transformações na sociabilidade contemporânea.

## *1. INTRODUÇÃO*

Os estudos relativos às inovações tecnológicas experimentaram na década de noventa uma mudança de foco. A preocupação deixou de centrar-se nas potencialidades tecnológicas para focar o processo de interação homem-homem mediado pelas tecnologias. A esse tipo de interação social denominou-se CMC<sup>2</sup> (Comunicação Mediada pelo Computador).

A CMC foi infinitamente potencializada pela popularização da Internet como recurso de comunicação e veiculação de informação e conhecimento em nível mundial. Em função desse fato, a CMC permitiu a aceleração da adoção das tecnologias da informação como instrumentos de difusão de propostas comunicativas de natureza interativa.

É nesse contexto que surgem as comunidades virtuais, uma modalidade de agregação *on-line* de sujeitos dispersos geograficamente em torno de interesses comuns. As motivações para essa agregação são de diversas naturezas e vão desde o interesse por vinho à política ambiental ou mesmo os entretenimentos.

Embora reproduzam no ambiente virtual muita das características das relações presenciais, essas comunidades nem sempre conseguem manter o mesmo nível de colaboração, motivação e envolvimento das comunidades reais. Dentre as principais razões para o enfraquecimento dos laços que atam a comunidade estão o alto nível de especialização, as possibilidades de anonimato permitidas pela tecnologia e a forma dispersiva da agregação.

---

<sup>1</sup> E-mail: mamoura@eci.ufmg.br

<sup>2</sup> CMC – Computer-mediated communication

Desde o princípio as comunidades virtuais chamaram a atenção pela dinâmica e o caráter democrático que o mecanismo eletrônico anunciava. Apesar do otimismo experimentado à época, havia um certo temor sobre as possíveis alterações nos padrões de interação social. O receio era de que esses novos padrões introduziriam uma sociabilidade aleatória demarcada, sobretudo, pelo abandono das relações face a face.

Nesse contexto, quase que simultaneamente, ampliaram-se as demonstrações de intolerância *on-line* e *off-line* em nível mundial. Parecia que a intolerância, concebida como um processo orgânico de negação da humanidade do outro, encontrara um instrumental científico e veloz o suficiente para disseminar-se.

Entretanto, pesquisas recentes concluíram que as novas tecnologias potencializaram a difusão das culturas de povos dispersos geograficamente e aumentaram os laços sociais entre os usuários dos dispositivos eletrônicos, levando a crer que a adesão às comunidades virtuais não contribuiu para o isolamento social.

Esse movimento, de certo modo antagonico, passou a suscitar indagações acerca das transformações nos processos de interação social que os novos usos da tecnologia inauguravam. Tais indagações passaram a exigir uma compreensão mais apurada acerca dos limites e possibilidades de expressão da diferença num território concebido literalmente como um “não-lugar” – o ciberespaço.

De que modo as comunidades virtuais interferem e/ou pautam a sociabilidade *off-line*?

Como a intolerância é disseminada em contextos de pressuposta ausência física?

Como o pertencimento étnico tem aparecido na Web?

É no interior desse debate que se insere a discussão sobre a interação social na contemporaneidade. Para além das manifestações do problema, interessamos refletir acerca dos processos de agregação social no contexto digital e suas implicações nas relações face a face.

## 2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOÇÃO DE COMUNIDADE

O conceito de comunidade tem sido utilizado com muita frequência na atualidade. Contudo, esse uso excessivo não é marcado, necessariamente, por consensos, ao contrário, tende a inter-relacionar perspectivas conceituais distintas e, por vezes, antagonicas.

Para ficarmos restritos à utilização do conceito no Brasil, poderíamos tomar, por exemplo, duas situações em que se fizeram usos distintos das noções de comunidade.

No primeiro caso figuram as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base. As CEB's estiveram em evidência na década de 80 em torno de um discurso comunitário que articulava um ideal cristão de solidariedade entre os homens. Os vínculos de agregação dessas comunidades eram a fé e a luta contra a injustiça social.

A segunda noção é formada em torno das comunidades que vivem em certos territórios urbanos restritos – as favelas. As favelas consolidaram uma perspec-

tiva difusa em relação à noção de comunidade. O caráter ambivalente acerca da positividade e negatividade de pertencer a essas comunidades é sempre enfatizado como o elemento motivador da agregação.

Para Bauman (2003), o ideal de comunidade como um círculo aconchegante<sup>3</sup> não encontra respaldo nas nossas lógicas sociais externas e, talvez por isso, torne-se o apanágio daqueles que foram vítimas da frialdade da sociedade real.

Castells (2003:106) enfatiza que atualmente as comunidades baseadas na proximidade geográfica perderam a centralidade. Nessa direção, as redes parecem ocupar o lugar antes destinado às interações.

A comunidade baseia-se na noção do entendimento tácito entre seus membros no interior da qual, em nome da segurança do corpo, os sujeitos renunciam à própria liberdade individual. Porém, esse acordo artificialmente produzido tem na homogeneidade e na mesmice os seus elementos unificadores e, enquanto tal, torna-se constantemente fragilizado e vulnerável ante as ameaças dos elementos externos à comunidade pactuada.

Nesse contexto,

“É claro que um entendimento elaborado e de alguma forma alcançado também pode ser tácito, ou tornar-se uma espécie de intuição construída e internalizada. Uma negociação prolongada pode resultar em um acordo que, se obedecido diariamente, pode, por sua vez, tornar-se um hábito que não precisa mais ser repensado, e muito menos monitorado ou controlado”.(BAUMAN, 2003:16)

O mundo do trabalho é talvez um dos espaços em que se verifica mais explicitamente a abdicção da liberdade. Nesse sentido, o mundo do trabalho construiu historicamente procedimentos hábeis que visavam enfraquecer os laços de sociabilidade comunitários preexistentes entre os trabalhadores. Pertencer ao círculo aconchegante das corporações se traduz em honra, mérito, dignidade e segurança aos que se submetem às regras pactuadas nessas instâncias.

Bauman (2003), ao estudar o fenômeno das agregações, analisou também as repercussões das comunidades estéticas em relação ao contexto atual e cunhou a expressão comunidades-cabide. O termo, guardada as devidas proporções, aplica-se perfeitamente ao contexto virtual.

Para o autor, essas comunidades são formadas em torno da auto-ajuda e das irmanações de caráter passageiro. As comunidades-cabide, aos moldes das comunidades estéticas, são feitas para ser experimentadas e, nesse aspecto, são instáveis. Dentre as comunidades-cabide fisicamente organizadas estão os grupos anônimos<sup>4</sup> de todos os matizes, que vão desde os alcoólatras até os dependentes de amor e sexo anônimos.

“Todos esses agentes, eventos e interesses servem como ‘cabides’ em relação às aflições e preocupações experimentadas e enfrentadas individualmente são temporariamente penduradas por grande nú-

---

<sup>3</sup> Termo cunhado pelo estudioso sueco Göran Rosenberg no ensaio *La Nouvelle Lettre Internationale*, em 2000.

<sup>4</sup> As irmandades anônimas foram fundadas nos Estados Unidos há 68 anos por Bill Wilson e Robert Holbrook Smith com o intuito de tentar resolver o problema do alcoolismo. Contudo, a metodologia mostrou-se eficaz e foi adaptada para a resolução de outros problemas. Atualmente essas irmandades estão presentes em cerca de 160 países.

mero de indivíduos – para serem retomadas em seguida e penduradas alhures: por essa razão as comunidades estéticas podem ser chamadas de ‘comunidades-cabide’. [...] Os laços são descartáveis e pouco duradouros. Como está entendido e foi acertado. De antemão esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos.” (BAUMAN, 2003:67)

As agregações tornaram-se mais complexas no contexto da globalização. Hoje as agregações sociais são estabelecidas com base em novas lógicas de tempo e espaço. Além disso, com o incremento da modernização tecnológica o capital e as corporações passaram a circular mais livremente no mundo. Os proprietários agora emancipados em relação às lógicas da temporalidade e as restrições de espaço constituem uma elite articulada globalmente.

Para Bauman (1999:8), o principal impacto dessa nova lógica é o fato estarmos todos,

“A contragosto, por desígnio ou à revelia em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós torna-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida.”

A mobilidade do capital globalizado trouxe consigo outros efeitos para a formação das comunidades. A rapidez dos processos de transmissão informacional tornou secundário o papel dos sujeitos, pois os novos processos de comunicação autonomizaram as informações em relação aos seus produtores e receptores. Hoje “a informação flui independente dos seus portadores”.

A partir da condução das lógicas de produção material para o ambiente virtual, a espacialidade e a temporalidade exigidas para a efetivação das interações sociais tornaram-se, aos poucos, secundárias. Nessa ótica, estendida à configuração das comunidades, verifica-se um novo mecanismo de determinação das estruturas de poder *on-line*. No contexto digital a lógica de distribuição do poder orienta-se por mecanismos “herdados” do *off-line*. O que muda efetivamente a possibilidade de mobilidade independente das fronteiras e da fragilidade do corpo. Essa nova configuração,

“Emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar”.(BAUMAN, 1999:25)

Tamanha alteração no *design* das interações sociais acabou por provocar idêntico abalo à noção de espaço público como a instância de interlocução e negociação dos membros da comunidade.

Como conseqüência, verifica-se que o aparente descompasso entre o conceito de comunidade e o discurso comunitário não deve ser simplesmente compreendido como diferença semântica. Ao contrário, tais concepções denunciam a impossibilidade de retorno à segurança do “útero materno” visto que a noção de comunidade carrega em si a sua própria negação. Nesse aspecto, o discurso comunitário, que veicula um ideal aconchegante, tornou-se essencialmente onírico.

### 3. SOCIABILIDADE E CULTURA DIGITAL

Cibercultura, *apartheid* digital, hiato tecnológico, tecnocultura, inclusão digital, ciberespaço, alfabetização digital, leitor virtual são algumas das expressões utilizadas com o objetivo de compreender e dimensionar as mudanças envolvendo sujeito, informação, cultura e mediação tecnológica.

O avanço, a incorporação e a rápida disseminação dessas novas terminologias apontam para transformações sociais, culturais, políticas e técnicas ainda mais intensas. O ritmo frenético dessas transformações tem sido de tal ordem que não permite a construção de uma terminologia própria que esteja em consonância com os fenômenos experimentados na atualidade. Sendo assim, não têm sido raras, como vimos acima, as tentativas de denominação desses fenômenos recorrendo-se a metáforas e neologismos. O termo cultura digital corresponde a esse momento.

A expressão cultura digital tem sido utilizada para denominar a fase correspondente aos processos de digitalização das informações. O termo designa e abarca as diversas transformações de caráter cultural, social, político e técnico que envolve a mudança de uma matriz tecnológica à outra. Em função disso, reflete, ainda, certa fluidez conceitual.

Na concepção de Lemos (2000:93), o termo cibercultura guarda vinculações com a cibernética e refere-se a,

“Junção de cibernética e cultura. Logo poderíamos pensar na formação de uma cultura da cibernética. Cibernética vem do grego *Kubernetes*, que significa “controle” pilotagem. Quando a cibernética apareceu, depois da 2ª Guerra Mundial, ela também era uma maneira de controlar os sistemas, aproximando os sistemas vivos e maquímicos com idéias de *feedback*, retroação, etc. Com a evolução da cibernética e com a entrada da informática começamos a falar de uma cultura microeletrônica, ou cibercultura.”

Ao discutir os aspectos éticos vinculados à cibercultura Quéau (2001:460) é cético com relação às suas possibilidades efetivas. Do seu ponto de vista tal fenômeno, ao basear-se fundamentalmente no aspecto econômico, ameaça as possibilidades concretas de permanência das hibridações, fluxos e mestiçagens culturais, visto que são cada vez mais perceptíveis as evidências de uma cultura de caráter autista que efetiva, a partir do indivíduo, a governança global. Nesse caso,

“A mundialização permanece essencialmente econômica e tecnológica, por enquanto. A mundialização política, cultural e social, o que poderíamos chamar de mundialização dos espíritos, progride bem mais lentamente do que a do mercado”.

Cabe ressaltar que cibercultura não se refere apenas ao aspecto tecnológico, trata-se também de um fenômeno social contemporâneo que se apropria dos meios técnicos, reinventa o cotidiano e instaura, por intermédio das recentes formas agregação de caráter eletrônico, novas formas de sociabilidade.

Parece inegável que as possibilidades técnicas inauguradas incidiram decisivamente nas relações entre os sujeitos. Com o advento da cibercultura tornou-se possível, por exemplo, a efetivação de ações de natureza coletiva com participação de sujeitos geograficamente dispersos. A chave que permite o encontro entre tais subjetividades deixou de ser a empatia fundada em relações interpessoais para efetivar-se pela convergência aparente de perfis numéricos e as evidências da similaridade de interesses demarcada pelos vestígios eletrônicos, um fio de Ariadne contemporâneo.

O ciberespaço promove e intensifica a efetivação de uma singularidade ordinária e avessa às tentativas de centralização, nele é possível escolher um personagem, uma vida “máscaras de agir como um nômade nas diversas subjetividades *prêt-à-porter* da sociedade contemporânea” (Lemos, 2000:90)

Contudo Hall (2003:75) chama a atenção para o fato de que,

“Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem” fluir livremente“. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós) dentre as quais parece possível fazer uma escolha”.

Apesar do enorme fosso existente entre as comunidades virtuais e os excluídos tecnológicos, nos últimos anos essas comunidades cresceram significativamente. Em 1993, a Internet possuía cerca de quatro milhões de usuários e atualmente conta com aproximadamente 100 milhões. Se esse salto no número de internautas nos parece extraordinário, já existem projeções que estimam o crescimento da rede para um bilhão de usuários em 2005.

Tal alteração no número de usuários da rede, num período de tempo tão curto, aponta a Internet e os produtos comunicativos nela veiculados como integrantes de um fenômeno sócio-histórico cujas proporções e implicações começamos a vislumbrar, de forma mais articulada, nos últimos anos.

A partir das alterações ocorridas na materialidade textual, teve início o apagamento de um dos critérios que permitia distinguir, hierarquizar e classificar os discursos disseminados: o suporte físico. O formato eletrônico, ao relativizar o papel do suporte, rompeu com as possibilidades de identificação das unidades textuais a partir da forma, passando a exigir novas habilidades tanto para construir os discursos quanto para assimilá-los.

Em virtude dessas transformações, tornou-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de propostas que tenham por objetivo apoiar a inclusão dos segmentos historicamente alijados da sociedade.

### 3.1 A Representação das Minorias Étnicas em Contextos Eletrônicos

O termo “comunidade virtual” cunhado originalmente por Howard Rheingold<sup>5</sup> é, desde a sua origem, impregnado de contradições. Para Rheingold (1993), as comunidades não se agregam num monólito, elas se formam aos moldes da sociedade em torno de interesses, às vezes louváveis e, em outros casos, passageiros.

A discussão relativa à representação das minorias étnicas em contextos eletrônicos é recente. Uma das principais explicações para a novidade do tema deve-se à constatação de que esses grupos sociais estão mais fortemente sujeitos aos processos de exclusão digital. Contudo, em que pese a esmagadora ausência das minorias na condição de usuários dos dispositivos eletrônicos, é preciso refletir sobre a produção discursiva já disponível na Web envolvendo esses segmentos sociais.

Meyrowitz apud Giese (1998) é um pouco apreensivo quanto às possibilidades sociais das mediações eletrônicas. Por um lado, os meios eletrônicos têm alterado drasticamente as interações sociais, reduzindo o isolamento de vários grupos e comunidades, mas, por outro, têm promovido um apagamento das linhas divisórias que demarcam os espaços públicos e privados, o que tende a levar as pessoas ao rompimento do senso de lugar.

Ao analisar a auto-representação textual em comunidades eletrônicas, Giese (1998) ressalta que as redes de computadores tornaram possíveis novas formas de associação. Porém, essas agregações são desprovidas da arena pública. As interações são baseadas em textos e organizam-se em torno de leituras e releituras das auto-representações postadas pelos seus membros. Nesses espaços, sujeitos distintos agregam-se em função das pistas de identidade presentes nos textos que descrevem o *self* do seu companheiro de comunidade.

A alta especialização dos interesses de agregação contribuem também para as mudanças nos padrões de sociabilidade tornando-a, cada vez, mais personalizada, conforme salienta Castells (2003:110),

“As pessoas podem facilmente pertencer a várias redes, os indivíduos tendem a desenvolver seus *portfólios* de sociabilidade’, investindo diferencialmente em diferentes momentos, em várias redes com barreiras de ingresso e custos de oportunidade baixos”.

Os meios eletrônicos possibilitaram a publicação de um conjunto de informações, antes confinado às relações de caráter privativo. Nesse sentido, a distâncias entre as emoções de caráter privado e público tornaram-se tênues.

Para simular a imediaticidade corporal e fornecer a expressividade perdida no ambiente eletrônico, algumas adaptações têm sido realizadas nos símbolos tipográficos com o conseqüente estabelecimento de novas convenções. Dentre essas novas convenções estão a netiqueta e os emoticons.

<sup>5</sup> Rheingold, autor do livro “A comunidade virtual” publicado em 1993, participou da fundação, em 1985, da Well (Whole Earth Electronic Link), uma das primeiras experiências de comunidades *on-line*.

Nos ambientes virtuais os textos produzidos ganharam o caráter de textos falados e o intervalo na comunicação dos mesmos passou a ser medido em minutos, visto que a CMC reduziu drasticamente o tempo e a natureza das interações textuais.

Na nova modalidade de interação a supressão do canal visual, ofertado pelas roupas, pelas expressões faciais e corporais e pelas deixas dos comportamentos psicológicos, empobreceu a comunicação realizada.

Giese (1998) acredita que a ausência da expressão corporal pode tornar o ambiente virtual mais democrático, pois a partir da supressão dos signos que denotam o pertencimento étnico e social, característico das interações físicas, os indivíduos passaram a ter a oportunidade de participarem do processo comunicativo sem os estigmas que causam a sua marginalização. Com a transformação do texto em representação do corpo do sujeito, tornou-se quase impossível determinar o pertencimento étnico, a classe social ou mesmo a orientação sexual do interlocutor. Mesmo assim, sempre há nesses processos comunicativos uma expectativa em relação ao gênero e à etnia do interlocutor.

“A invisibilidade relativa que a Internet propicia significa que as minorias étnicas podem se conectar e se mobilizar na rede de uma forma menos ameaçadora que na vida real. A presença de minorias étnicas, particularmente em grupos, tanto nas representações midiáticas como no mundo real, implica em perigo e riscos. Assim, as minorias étnicas *on-line* optam constantemente por omitir a própria etnicidade - uma escolha que geralmente não pode ser feita *off-line*, já que a etnicidade pode ser definida por noções fisiológicas de raça. (LEUNG, 2004)”

No ciberespaço, as possibilidades técnicas aliadas aos interesses em jogo na interação social podem levar a apresentação de um *self* virtual absolutamente distinto daquele que se apresenta no mundo real. Todavia, isso não parece ser uma característica específica das interações mediadas tecnologicamente, visto que a auto-representação também pode ser manipulada nos ambientes regidos pela presença física.

A ausência das pistas físicas torna a interação bastante instável, na medida em que é quase impossível determinar com segurança a partir do texto o estado de espírito do interlocutor. No contexto virtual, o avatar<sup>6</sup> escolhido pelo sujeito para participar do cenário digital pode, de acordo com Geise (1998), fornecer elementos importantes no estabelecimento de inferências acerca da identidade do interlocutor. Porém, nesses processos de agregação as pistas são, na maioria das vezes, esmaecidas.

Embora as comunidades virtuais sejam viabilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, cabe lembrar que o simples uso das mediações não assegura a formação de comunidades. Isso ocorre porque as comunidades necessitam das identidades pessoais articuladas num dado contexto para se firmarem. E no caso da Web o contexto da comunidade e os sujeitos são ambos literalmente textos.

---

<sup>6</sup> Termo apropriado do sânscrito que se refere a uma deidade Indu que vem à Terra através da encarnação. No ambiente virtual refere-se às múltiplas identidades assumidas pelos interlocutores para estabelecer interações.

Leung (2003), ao estudar a produção e o consumo de textos autobiográficos na Web, analisou o modo como as minorias se engajam nas comunidades virtuais através de representações étnicas veiculadas nesses textos. No estudo, a autora procurou identificar os mecanismos adotados pelos atores sociais na identificação das representações mais adequadas de sua subjetividade em textos disponíveis na Internet. Além disso, a autora procurou examinar como os leitores que integram as minorias étnicas contestam, através da escrita de textos biográficos e autobiográficos, as representações da etnia encontradas na rede.

Uma primeira constatação que se depreende desse estudo é que a Web representa um ambiente propício à acomodação, proliferação e contestação das múltiplas imagens de etnicidade com as quais os sujeitos se identificam na contemporaneidade.

No caso específico do estudo realizado, a autora encorajou os sujeitos da pesquisa a refletirem sobre os elementos que articulam a identidade étnica *online*. O que constitui a “diáspora ciborgue?”

Para compreender essa questão, a autora organizou uma metodologia em que os sujeitos estudados foram levados a destacar *sites* considerados bons e ruins no que concerne à articulação da identidade étnica e a realizarem uma análise quanto à suficiência dos mesmos. Além disso, os sujeitos pesquisados foram estimulados a avaliar criticamente os *sites* quanto à propriedade de seus conteúdos. No desenvolvimento da pesquisa,

“Foi possível manter uma definição mais ‘elástica’ de etnicidade e englobar uma variedade de experiências relacionadas ao racismo e à migração, assim como as diversas conexões reais e/ou simbólicas com a ‘terra natal’ . Essa ampla cadeia de experiências articula-se no ciberespaço de maneiras ao mesmo tempo libertadoras e redutoras. Ou seja, enquanto a Web permite formas de representação que não são possíveis em outras mídias, a ‘diáspora ciborgue’ é uma tecnolite minoritária dentro de uma minoria. É importante ressaltar que dentro das comunidades étnicas há [também] relações de poder que englobam interseções de classes, gêneros, sexualidade, nacionalidade e geografia.” (Leung, 2004)

No trabalho desenvolvido a autora atribui à audiência um papel central. Segundo ela, a existência de uma expectativa em relação à audiência pode induzir a elaboração de um texto distinto da realidade no que se refere ao pertencimento étnico.

As novas tecnologias digitais têm apoiado a composição de novas formas de poder individual e permitido a disseminação de textos que privilegiam também o ponto de vista dos excluídos. Apesar dessas potencialidades tecnológicas da Web, os usuários ainda a utilizam para ver e ouvir os outros ao invés de introduzir temas que articulem especificamente as comunidades. E quando o fazem, esbarram no fato de não representarem “verdadeiramente” os diversos pontos de vista das comunidades étnicas.

A audiência, no entanto, busca através da leitura dos textos que veiculam conteúdos étnicos, re-configurar a sua própria imagem, visto que nunca haviam acessado em outros meios de comunicação tamanho repositório de representações étnicas de caráter polifônico.

Gilman (1994:36-7) enfatiza que é necessário criar nichos de identidade positiva no âmbito do próprio pertencimento étnico, visto que a integração vilipendiada,

“Não é apenas um artefato de marginalidade, pois o grupo privilegiado, o grupo considerado pelo *outsider* com referência para a sua própria identidade, deseja ao mesmo tempo integrar o *outsider* (e remover a imagem de sua própria potencial perda de poder) e distanciar-lo (e conservar a reificação de seu poder pela presença dos impotentes). (...) Qualquer um, diante de um tal conjunto de sinais conflitantes e inerentemente irreconciliáveis, reprime esse conflito, dizendo: a contradição deve estar em mim, uma vez que o que desejo me tornar não pode ser perfeito. (...) Quanto mais alguém tenta se identificar com aqueles que o rotulam com diferentes, mais aceita os valores, estruturas sociais e atitudes desse determinado grupo.”

Parece então fundamental que da idéia de pertencimento étnico cria lastros na rede, pois pode contribuir para a constituição de uma alteridade articulada ao conceito que os sujeitos, considerados *outsiders*, têm de si mesmos.

### 3.2. A Intolerância On-line e os novos padrões de sociabilidade

A Web tornou-se, muito rapidamente, um dispositivo de comunicação entre os povos. Portadora de uma dinâmica própria, a “linha editorial” da Web, por vezes, esbarra-se nas lógicas de funcionamento dos Estados nacionais. Temas como a pedofilia, a xenofobia e o narcotráfico pervagam a rede sem a possibilidade de um controle mais efetivo.

Devido a esse controle escorregadio e, por vezes, obscuro, a Internet tornou-se uma arena também propícia à disseminação de toda sorte de intolerâncias. A multiplicidade de pólos de emissão e o relativo anonimato têm encorajado a migração de práticas interdidas nas relações *off-line* para o ambiente *on-line*.

A banalização exercida pela sociedade acerca do que é veiculado na rede não tem levado à elaboração de políticas mais eficazes no combate dessas práticas. Parece, aos olhos de muitos, que a Internet é um espaço inofensivo e propício à realização de experiências de socialização entre jovens. Nesse contexto, avalia-se que,

“No fundo, a intolerância goza de prestígio. Vende bem; não só porque, às vezes, traduz uma indignação autêntica, mas também porque satisfaz essa perturbadora atração pela prática do mal. No fundo, a intolerância é garantia de bravuras editoriais, de relatos virulentos, de discursos acalorados”. (FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLERÂNCIA, 2000:251)

A luta pelo equilíbrio de forças no ambiente virtual esbarra na necessária redução do *apartheid* digital do ponto de vista da emissão e da recepção das mensagens e no desenvolvimento de políticas mais eficazes com relação às práticas concretas de intolerância. Democratizar apenas a recepção dos conteúdos digitais não contribui efetivamente para a superação das práticas intolerantes. É

preciso ampliar a capacidade de as minorias disponibilizarem as suas próprias representações no ciberespaço e articularem os seus discursos com condições efetivas de serem ouvidos/lidos.

Além disso, é preciso estar atento ao caráter pernicioso das práticas cotidianas da intolerância *on-line*, visto que, ao banalizar os seus potenciais efeitos, corre-se o risco de reduzir o rigor e a tenacidade com a qual devem ser combatidas na sociedade.

É preciso não perder de vista que, devido ao *caráter inato* da intolerância, torna-se necessário investir na formação humana que leve à aceitação do outro. Porém, há nesse universo um limite tênue entre o antinômico compreendido na relação tolerância/intolerância. Visto que nesse contexto,

“(...) podemos encontrar duas formas pervertidas de tolerância: a indiferença, que é uma espécie de tolerância por falta, e, por outro lado, a indiferenciação, que faz com que o respeito por qualquer diferença vire apologia da diferença pela diferença e, assim, acabe nivelando todos os valores”.(FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLE-RÂNCIA, 2000:269)

Ademais, é sempre importante ter em mente que configuração da noção de tolerância não é permanente. Ela depende das práticas sociais e da arena pública e, enquanto tal, não ignora os critérios construídos e reconstruídos socialmente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfraquecimento dos Estados nacionais provocados pelos processos de globalização tem fortalecido e patrocinado o surgimento de novas formas de interação social e, conseqüentemente, de identidade cultural. A diáspora *ciborgue* caracteriza-se por processos de constituição de identidade em que o pertencimento a um Estado-nação não se revela com o eixo central.

As comunidades imaginadas, dentre as quais podemos incorporar as comunidades virtuais, têm-se fortalecido em virtude dos vínculos diferenciados que mobilizam os sujeitos. Assim, um cidadão brasileiro pode fazer-se representar em comunidades virtuais distintas nas quais a cada momento um elemento da sua subjetividade é tratado. Nesse sentido, o sujeito torna-se efetivamente um caleidoscópio e conduz a sua existência material no Estado nacional como se participasse dele de forma contingente.

O quadro atual mescla então uma intensa mobilidade de culturas e povos levando a alterações na configuração cultural e racial dos países. Nesse contexto, as identidades oscilam entre as formas culturais tradicionais e as culturas híbridas demarcadas por processos de tradução nos quais os sujeitos diaspóricos se vêm na contingência de negociar e, por vezes, assimilar as novas culturas.

A comunidade que surge nesse novo cenário é fortemente impulsionada pelas ferramentas tecnológicas que anexam a ela novas complexidades. Tais complexidades concentram-se no fato de que, em termos virtuais, boa parte das novas representações culturais é viabilizada tecnologicamente. Nesse sentido, é preciso repensar as bases e os rumos das atuais políticas de inclusão digital. Elas precisam ir além do acesso unidirecional a conteúdos disponibilizados na rede.

É preciso criar possibilidades efetivas de transposição para o universo digital das contradições presentes nos processos de negociação cultural. Isso significa dizer que, tanto a periferia quanto o centro colonizador, deve conhecer e compartilhar os mesmos instrumentos midiáticos.

Acredita-se que o rompimento com os atuais processos de banalização e mercantilização da diferença no âmbito da sociedade da informação passa necessariamente pela disponibilização de amplos e diversificados estoques de conteúdos socioculturais que permitam evidenciar o caráter agonístico da identidade cultural existente entre a periferia e o centro em tempos de globalização.

Finalmente, cabe ressaltar que, se por um lado a introdução das tecnologias nos processos comunicacionais forneceu maior dinamicidade aos processos de sociabilidade contemporâneos, por outro contribuiu para a alteração de seus padrões. Em função desse fato, os atuais processos de sociabilidade encontram-se na encruzilhada entre a exacerbação da indiferença e do individualismo e a efetiva apropriação social dos novos meios.

Acredita-se, pois, que a efetivação de uma sociedade em rede deve levar em conta o contexto social e contemplar de maneira dialógica o ponto de vista presente na pluralidade de vozes dos sujeitos *on-line* e *off-line*.

### *Social Interactions and Virtual Communities: changes in the sociability?*

#### **KEYWORDS**

*Community – Virtual communities – Intolerance – Identity – Sociability*

#### **ABSTRACT**

*This paper focuses on the communication process mediated by computers (CMC) and its implication in conformation of virtual communities. For this, it analyses the idea of community, reflect about the contemporaneous possibilities of ethnic belonging expressions in the electronic environments and discuss, in this context, the increase of on-line intolerance in worldwide proportions and the changes in the contemporaneous sociability.*

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, Rogério da. *A cultura digital*. São Paulo: Publifolha, 2002.

FORO INTERNACIONAL SOBRE INTOLERÂNCIA, 1997, Paris, França. *A intolerância: Foro Internacional sobre a intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIESE, Mark. Self without Body: textual self-representation in an electronic community. *First Monday*, 1998. Disponível em <<http://firstmonday.org>> Acesso em: 15 dez.2003.

GILMAN, Sander L. O que é auto-ódio?. VIEIRA, Nelson H.(org.) *Construindo a imagem do judeu*.Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 31-58.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*.Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

LEMONS, André. Cibercultura: técnica, sociabilidade e civilização do virtual. In: PRETTO, Nelson De Luca; (org.). *Globalização & Educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000. p. 78-97.

LEUNG, Linda. Manifestações da etnicidade na Internet. *Revista Memex-Informação, Cultura e Tecnologia*, n.9, out./nov.2004. Disponível em <http://www.eci.ufmg.br/memex> . Acesso em: 10 fev.2005.

\_\_\_\_\_. Where am I and who are you? Self-representation and the intersection of gender and ethnicity on the Web. *First Monday*, v.8, n.10, oct. 2003. Disponível em <http://firstmonday.org> Acesso em: 5 nov.2003.

QUEAU, Philippe. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, Edgar (org.). *A religião dos saberes: desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.454-459.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

## **SOBRE A AUTORA**

**MARIA APARECIDA MOURA**

*Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Doutora em Comunicação e Semiótica*